



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

**PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 10/2026 PRESI/GAPRES**

Dispõe sobre a regulamentação do Ranking da Transparência no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) e a atribuição de responsabilidades às unidades conforme estabelecido no Anexo I.

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE**, Desembargadora Waldirene Cordceiro, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, incisos XLVI e XLIX, do Regimento Interno do TRE-AC, e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a transparência ativa e o cumprimento das normas previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como de garantir a eficiente divulgação das informações de interesse público no âmbito deste Tribunal;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria CNJ n. 468, de 17 de novembro de 2025, que institui o regulamento do Ranking da Transparência do Poder Judiciário - 2026;

CONSIDERANDO o disposto no Processo SEI n. 0000041-79.2026.6.01.8000;

CONSIDERANDO ainda, a constante no glossário,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Regulamentar o *Ranking* da Transparência no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, instrumento de acompanhamento, avaliação e melhoria da divulgação de informações de interesse público.

**Art. 2º** O *Ranking* da Transparência tem por objetivos:

- I - Avaliar o nível de conformidade das informações divulgadas pelo TRE-AC com os requisitos estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação e normativas correlatas;
- II - Identificar eventuais lacunas na publicação de informações e propor ações corretivas;
- III - Fomentar a cultura de transparência ativa no âmbito das unidades do TRE-AC;
- IV - Contribuir para o fortalecimento da imagem institucional do TRE-AC junto à sociedade.
- V - Informar à sociedade as ações realizadas pelo TRE-AC.

**Art. 3º** As unidades do TRE-AC serão responsáveis pela disponibilização, manutenção e atualização das informações sob sua responsabilidade, conforme as atribuições especificadas no Anexo I desta Portaria.

**Art. 4º** Compete à Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, auxiliado pelo Núcleo Laboratório de Inovação e Gestão da Qualidade - NULAB:

- I - Coordenar as atividades relacionadas à consolidação e avaliação do Ranking da Transparência;
- II - Reunir e decidir com as unidades constantes do Anexo I o formato de publicação das informações, de modo atender o exigido pelos normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- III - Propor melhoria na divulgação das informações no site do Tribunal;

**Art. 5º** Os gestores das unidades mencionadas no Anexo I deverão:

- I - Garantir que as informações sob sua responsabilidade sejam publicadas de forma clara, objetiva, atualizada e em conformidade com as normativas aplicáveis;
- II - Informar à Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão e ao Gabinete da Juíza Auxiliar da Presidência eventuais dificuldades ou necessidades relacionadas ao cumprimento das obrigações de transparência;
- III - Adotar as medidas corretivas recomendadas pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão e pelo Núcleo Laboratório de Inovação e Gestão da Qualidade - NULAB em caso de não conformidade.

**Art. 6º** O desempenho das unidades no Ranking da Transparência será objeto de avaliação pelo Conselho Nacional de Justiça.

**Art. 7º** As unidades devem manter as informações atualizadas, conforme estabelecido no glossário do Ranking da Transparência publicado anualmente pelo CNJ.

**Art. 8º** Os casos omissos ou não previstos nesta Portaria serão resolvidos pela Presidência do TRE-AC.

**Art. 9º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10º** Fica revogada qualquer disposição em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

#### **Anexo I**

Responsabilidades das Unidades constantes da Planilha Id 0838700 do SEI 0000041-79.2026.6.01.8000.

**Desembargadora** Waldirene Cordeiro  
**Presidente do TRE/AC**

Rio Branco, 21 de janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **WALDIRENE OLIVEIRA DA CRUZ-LIMA CORDEIRO, PRESIDENTE**, em 21/01/2026, às 16:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ac.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ac.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0839577** e o código CRC **1B324B7B**.

0000041-79.2026.6.01.8000

0839577v5